



RELATÓRIO SOBRE AS CONTAS DO ANO 2011

INFORMAÇÃO GERAL

O Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados é um órgão da Ordem dos Advogados e corresponde, nos termos da alínea a) do nº 3 do artº 2º do Estatuto da Ordem dos Advogados, ao distrito judicial de Lisboa, com exclusão das áreas abrangidas pelos distritos dos Açores e da Madeira.

Nos termos do disposto na alínea i) do nº 1 do artº 50º do Estatutos da Ordem dos Advogados, compete ao Conselho Distrital de Lisboa submeter à aprovação da assembleia distrital as contas relativas ao ano de 2011, bem como o respectivo relatório de actividades.

As contas do Conselho Distrital de Lisboa integram as contas do Conselho de Deontologia de Lisboa, bem como as contas das Delegações da sua área territorial.

As contas do Conselho Distrital de Lisboa serão integradas nas contas globais da Ordem dos Advogados, as quais são preparadas pelo Conselho Geral da Ordem dos Advogados.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Apresentam-se em seguidas as demonstrações financeiras;

- Balanço analítico em 31 de Dezembro de 2011
- Demonstração de resultados por naturezas do período findo em 31 de Dezembro de 2011
- Demonstração das alterações no capital próprio no ano 2011
- Demonstração dos fluxos de caixa do ano 2011
- ANEXO

No final, em complemento e fazendo parte integrante das contas do Conselho Distrital de Lisboa, apresenta-se a execução orçamental, seguida da correspondente análise.



Ordem dos Advogados - Conselho Distrital de Lisboa
NIF 500965099

EURO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011			
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2011	2010
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3.1, 4	77.262,70	93.761,20
Outros ativos financeiros	3.4	2.191,70	2.191,70
Ativos por impostos diferidos		0,00	0,00
		79.454,40	95.952,90
Ativo corrente			
Inventários	3.2, 7	23.058,65	24.267,160
Clientes	3.3, 3.3.1	92.358,32	99.029,610
Adiantamentos a fornecedores	11	67,59	2.678,000
Estado e outros entes públicos	3.3.5, 12	2.549,28	4.872,230
Estruturas da Ordem dos Advogados	3.3.1, 6	804.116,75	704.772,130
Outras contas a receber	3.3.1, 6	20.121,78	218.907,290
Diferimentos	8	122.784,92	91.268,520
Outros ativos financeiros	3.3, 3.3.4	15.000,00	19.864,390
Caixa e depósitos bancários	3.3.2	1.716.092,07	1.198.842,95
		2.796.149,36	2.364.502,28
Total do ativo		2.875.603,76	2.460.455,18
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Fundo social	10	1.512.471,76	1.512.471,76
Outras reservas	10	156.318,23	156.318,23
Resultados transitados	10	-340.410,26	0,00
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações no capital próprio		0,00	0,00
Resultado líquido do período		222.682,33	-164.656,92
Interesses minoritários			
Total do capital próprio	10	1.551.062,06	1.504.133,07
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	3.3.5, 11	34.125,26	4.115,37
Adiantamentos de clientes	3.3.1., 6	21.932,41	49.360,04
Estado e outros entes públicos	12	67.820,56	62.578,72
Financiamentos obtidos	9	153,21	4.506,57
Estruturas da Ordem dos Advogados	3.3.5, 11	151.360,86	105.795,48
Outras contas a pagar	3.3.5, 11	503.865,70	557.790,91
Diferimentos	8	545.283,70	172.175,02
Passivos não correntes detidos para venda			
		1.324.541,70	956.322,11
Total do passivo		1.324.541,70	956.322,11



Total do capital próprio e do passivo	2.875.603,76	2.460.455,18
---------------------------------------	--------------	--------------

Ordem dos Advogados - Conselho Distrital de Lisboa
NIF 500965099

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 de Dezembro de 2011

EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2011	2010
Vendas	3.5, 13	131.461,51	214.131,88
Serviços prestados	3.5, 13	3.309.067,47	3.146.662,01
Subsídios à exploração	3.5, 13	28.011,24	19.310,24
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	15	-12.874,03	-12.147,46
Fornecimentos e serviços externos	15	-1.140.368,98	-1.307.728,67
Gastos com o pessoal	14, 15	-1.712.692,66	-1.772.294,47
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	6, 13, 15	189.300,73	-30.636,04
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	13	41.973,22	28.655,20
Outros gastos e perdas	15	-595.708,82	-377.583,89
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		238.169,68	-91.631,20
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3.1, 4	-32.360,81	-88.712,56
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		205.808,87	-180.343,76
Juros e rendimentos similares obtidos	3.4, 13	29.967,97	20.278,03
Juros e gastos similares suportados	15	-31,83	-231,41
Resultado antes de impostos		235.745,01	-160.297,14
Imposto sobre o rendimento do período	3.7, 16	-13.062,68	-4.359,78
Resultado líquido do período		222.682,33	-164.656,92



DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DOS CAPITAIS PRÓPRIOS

Descrição	Notas	Fundo Social	Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Saldo em 01 de Janeiro de 2010	10	1.574.589,63	156.318,23	0,00	-301.059,81	1.429.848,05
Aplicação de resultados				-279.807,45	279.807,45	0,00
Transferência de resultados	10	-279.807,45		279.807,45		0,00
Transferência de resultados	10			-21.252,36	21.252,36	0,00
Transferência de contas	10	217.689,58		-217.689,58		0,00
Regularização da conta do Centro de Arbitragens	10			-17.480,47		-17.480,47
Reajustamento do saldo de dívidas de advogados	10			256.422,41		256.422,41
Resultado apurado no período	10				-164.656,92	-164.656,92
Saldo em 31 de Dezembro de 2010		1.512.471,76	156.318,23	0,00	-164.656,92	1.504.133,07
Saldo em 01 de Janeiro de 2011	10	1.512.471,76	156.318,23	0,00	-164.656,92	1.504.133,07
Aplicação de resultados	10			-164.656,92	164.656,92	0,00
Reajustamento de depreciações acumuladas	3.1, 4			5.298,20		5.298,20
Regularização de saldos	10			-4.783,15		-4.783,15
Regularização da conta do Centro de Arbitragens	10			-2.039,09		-2.039,09
Reajustamento do saldo de dívidas de advogados	6, 10			-174.229,30		-174.229,30
Resultado apurado no período					222.682,33	222.682,33
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	10	1.512.471,76	156.318,23	-340.410,26	222.682,33	1.551.062,06



Demonstração dos fluxos de caixa

	Notas	2011	2010
Saldo do ano anterior	9	1.218.707,34	1.727.454,21
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos	9	3.410.822,94	2.768.712,67
Respeitantes ao ano anterior		13.143,00	22.512,22
Quotizações			22.512,22
Patrocínios			0,00
Formação contínua		10.877,65	0,00
Outras receitas		2.265,35	
Respeitantes ao ano em curso	9	3.397.679,94	2.746.200,45
Quotizações		2.003.842,39	2.186.009,88
Taxas de inscrição de advogados		157.775,00	181.932,50
Centro de Estágio		827.387,80	147.993,00
Formação contínua		92.658,72	108.896,91
Aplicações financeiras		9.331,48	20.278,00
Vendas de artigos do "Espaço CDL"		20.532,24	17.900,20
Receitas de autarquias		42.196,48	19.040,24
Patrocínios		8.000,00	26.525,00
Centro de Arbitragens e Litígios		124.668,74	19.473,58
Outros recebimentos		111.287,09	18.151,14
Pagamentos	9	2.898.438,21	3.277.489,54
Despesas correntes	9	2.882.254,47	3.226.449,72
Respeitantes ao ano anterior		15.019,65	13.301,42
Comparticipações junto do Conselho Geral		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos		15.019,65	13.301,42
Respeitantes ao ano em curso		2.867.234,82	3.213.148,30
Gastos com pessoal		1.752.732,19	1.920.821,61
Remunerações		1.056.421,09	1.143.264,09
Contribuições e descontos para a Segurança Social		406.292,94	420.683,59
Impostos retidos		273.505,02	295.485,00
Seguro de acidentes de trabalho		11.410,02	12.466,14
Seguro de saúde grupo		798,44	43.597,65
Outros gastos com pessoal		4.304,68	5.325,14
Fornecimentos e serviços externos	9	1.114.502,63	1.292.326,69
Fluxo operacional	9	528.568,47	-457.737,05



ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos relativos a:		
Equipamento informático	4.712,31	3.711,30
Equipamento de escritório	5.597,91	4.670,78
Mobiliário	1.183,17	4.921,93
Rendas de locação financeira	4.690,35	11.579,17
Grandes reparações		26.156,64
Total	9 16.183,74	51.039,82
Recebimentos relativos a:		
Equipamento de escritório		30,00
Total	0,00	30,00
Fluxo das atividades de investimento	9 -16.183,74	-51.009,82
Saldo para o período seguinte	9 1.731.092,07	1.218.707,34

Não ocorreram fluxos relacionados com atividades de financiamento

Decomposição do saldo de caixa e seus equivalentes

	2011	2010
Caixa	3.084,07	3.500,60
Depósitos à ordem	733.008,00	511.914,53
Depósitos a prazo	980.000,00	683.427,82
Outras aplicações de tesouraria	15.000,00	19.864,39
Total	1.731.092,07	1.218.707,34

Resumo e variação dos fluxos de caixa e seus equivalentes

	2011	2010
Recebimentos do ano	3.397.680	2.746.200
Recebimentos de anos anteriores	13.143	22.512
Total de recebimentos	3.410.823	2.768.713
Pagamentos do ano	2.883.419	3.264.188
Pagamentos de anos anteriores	15.020	13.301
Total de pagamentos	2.898.438	3.277.490
dos quais, despesas de investimento	16.184	51.040
Variação dos fluxos de caixa e seus equivalentes	512.385	-508.777



Breves comentários às Demonstrações Financeiras

1. Balanço

	2011	2010
ATIVO	2.875.604	2.460.455
PASSIVO	1.311.479	956.322
CAPITAL PRÓPRIO	1.564.125	1.504.133

As variações verificadas quer no Ativo, quer no Passivo, resultam fundamentalmente de (i) no Ativo, por aumento das disponibilidades e (ii) no Passivo, pelo diferimento das receitas provenientes das taxas de inscrição de advogados estagiários.

Estas variações, bem como as variações no Capital Próprio, encontram-se explicadas nas notas do ANEXO, designadamente na nota 11.

2. Demonstração de Resultados por Naturezas

O resultado líquido do período positivo, fixado em € 222.719,36, contrasta com o prejuízo registado no período anterior e que resulta da conjugação de um aumento do rédito, de que se destaca o aumento do rendimento proveniente das receitas estatutárias, com uma diminuição dos gastos, sobretudo dos fornecimentos e serviços externos.

No primeiro caso, teve influência relevante o número de advogados estagiários inscritos e no segundo caso, os efeitos decorrentes de uma política de contenção efetiva de gastos, devendo realçar-se a natureza estrutural da diminuição dos gastos que é o que efetivamente releva, na medida em que a manutenção do nível dos rendimentos não é controlável.

O detalhe vai descrito nas notas próprias do Anexo, bem como no capítulo destinado à análise da execução orçamental.



3. Demonstração das Variações nos Capitais próprios

A variação verificada nos capitais próprios teve origem no resultado do período e nos ajustamentos efetuados a algumas rubricas, designadamente no montante das depreciações acumuladas e nas dívidas de quotas dos advogados da área jurisdicional do Conselho Distrital de Lisboa, na parte que lhe cabe nos termos do Estatuto da O. A.

As explicações de detalhe vão descritas na nota 10 do Anexo.

4. Demonstração dos Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método direto, explicitando os recebimentos por natureza, por se entender que, desta forma se disponibiliza melhor informação aos utentes.

A análise da variação do caixa e seus equivalentes, com relação direta com a execução orçamental, é feita na nota 10 do ANEXO.

ANEXO

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome do órgão: Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados

Morada: Rua de Santa Bárbara, 46-5º - 1169-015 LISBOA

Natureza: Associação profissional

Entidade jurídica: ORDEM DOS ADVOGADOS

Sede: Largo de S. Domingos, 14-1º - 1160-060 LISBOA

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Ordem dos Advogados, no presente período económico, está abrangida pelo Sistema de Normalização Contabilística, publicado em anexo ao Decreto-Lei 158/2009, de 13 de Julho.



O normativo contabilístico para as entidades do setor não lucrativo (ESNL) apenas se aplica a partir do dia 1 de Janeiro de 2012 (nº 2 do artº 22º do Decreto-Lei 36-A/2011, de 9 de Março).

Atenta a sua especificidade, e sem prejuízo da observância das normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) e normas interpretativas (NI), a Ordem dos Advogados (OA) adoptou códigos de contas adequados ao reconhecimento e controlo de determinadas operações, designadamente aquelas que respeitam a operações internas, derrogando-se, assim a adopção de alguns dos códigos de contas, constantes do Código de Contas que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Nestes termos, o Conselho Distrital de Lisboa adopta o mesmo referencial contabilístico que os demais órgãos da OA, pelo que a preparação e apresentação das suas demonstrações financeiras obedeceram ao SNC e às respectivas NCRF, bem como foram adoptadas as mesmas políticas contabilísticas.

Salvo indicação em contrário, o Euro é a moeda de expressão das demonstrações financeiras, até duas casas decimais.

De igual modo, todas as referências feitas neste relatório a valores, são-no com referência à moeda Euro.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E IMPARIDADES

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo.

De acordo com este regime do acréscimo ou da periodização económica, os efeitos das operações económicas e dos acontecimentos com relevância na situação patrimonial são reconhecidos quando ocorrem e não apenas quando sejam recebidos ou pagos.



Deste modo, as demonstrações financeiras informam não só as transacções passadas envolvendo o recebimento e o pagamento de caixa, mas também as obrigações de pagamento no futuro e de recursos que representam caixa a ser recebida no futuro.

Foram as seguintes as principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das presentes demonstrações financeiras:

3.1 Ativos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis são reconhecidos e mensurados ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas a partir do momento em que os activos se encontram disponíveis para utilização, de acordo com a sua vida útil média, fixada para grupos homogéneos de bens.

Considera-se também como valor residual para cada grupo homogéneo de bens, logo para cada um dos elementos respectivos, o valor estimado de realização, com excepção dos equipamentos de informática para os quais não se considera qualquer valor residual, na medida em que, a existir, o seu valor de realização não é materialmente relevante.

O Conselho Distrital de Lisboa realiza testes de imparidade aos elementos do seu activo fixo tangível com uma periodicidade de dois anos.

3.2 Inventários

As mercadorias são mensuradas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

São reconhecidas perdas por imparidade nos casos em que o custo seja superior ao valor estimado de recuperação.

3.3 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros no Conselho Distrital de Lisboa classificam-se conforme se discrimina a seguir e a sua mensuração depende da categoria respectiva:



3.3.1 Clientes e outras dívidas a receber

As dívidas de clientes e as outras dívidas de terceiros são reconhecidas pelo seu valor nominal, deduzido de eventuais perdas de imparidade, para que as mesmas reflectam o valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são reconhecidas quando há informação objectiva da incobrabilidade da dívida ou probabilidade remota da sua recuperação.

3.3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos à ordem, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

3.3.3 Depósitos a prazo

Os montantes incluídos na conta depósitos a prazo correspondem aos valores aplicados a determinado prazo, variando entre 90 dias e 180 dias, sendo os juros negociados e líquidos da retenção de impostos, creditados na conta depósitos à ordem, na data do respectivo vencimento.

3.3.4 Títulos negociáveis

Os títulos negociáveis e outras aplicações financeiras são registados ao mais baixo do custo de aquisição ou de mercado.

3.3.5 Contas a pagar

As contas a pagar não vencem juros e estão registadas pelo valor nominal.

3.3.6 Empréstimos bancários

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, líquido de despesas com emissão desses empréstimos. Em períodos subsequentes os



empréstimos são registados ao custo amortizado, sendo a diferença entre os montantes recebidos e o valor a pagar, reconhecida na demonstração dos resultados durante o período de vida dos empréstimos usando o método da taxa de juro efectiva.

3.4 Instrumentos financeiros de médio e longo prazo

Consideram-se instrumentos financeiros de médio e longo prazo, sempre que a sua conversão em caixa ou seus equivalentes, corresponda a um período superior a um ano. Neste caso, utiliza-se, para a sua mensuração, o valor presente estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado à taxa de juro efectivo.

3.5 Reconhecimento do rédito

Os réditos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo seu justo valor do montante a receber.

Os réditos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do grau de execução do serviço.

As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

Do mesmo modo, os rendimentos estatutários, que correspondem essencialmente a quotizações, são reconhecidos na demonstração de resultados à data do seu vencimento, pelo justo valor do montante a receber.

No reconhecimento dos gastos e dos rendimentos, o Conselho Distrital de Lisboa segue o princípio da especialização dos exercícios, pelo que, uns e outros são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos.



3.6 Provisões, ativos e passivos contingentes

Sempre que o Conselho Distrital de Lisboa reconhece a existência de uma obrigação fruto de um evento passado, a qual exige o dispêndio de recursos, e sempre que o seu valor possa ser razoavelmente estimado, é constituída uma provisão.

Estas provisões são revistas à data do balanço de forma a transmitirem uma estimativa atual e fiável.

Na eventualidade de uma das condições anteriores não ser cumprida, mas mantenha-se a possibilidade de afetar os exercícios futuros, o CDL não reconhece um passivo contingente mas promove a sua divulgação.

No que respeita a ativos contingentes, quando estes se verificarem resultantes de eventos passados, mas cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos, estes não são registados.

À semelhança dos passivos, também os ativos contingentes são divulgados.

3.7 Imposto sobre o rendimento

A Ordem dos Advogados é uma entidade sem fins lucrativos. Todavia, pode realizar operações de natureza comercial, passíveis de tributação em imposto sobre o rendimento, além dos rendimentos de capitais, resultantes de aplicações financeiras.

O CDL também poderá realizar operações de natureza comercial e também pode obter rendimentos de capital, decorrentes de aplicações financeiras que realize.

Neste caso procede à estimativa do imposto sobre o rendimento, aplicando a taxa de IRC para as entidades sem finalidade lucrativa, à matéria tributável determinada com base nas regras estabelecidas no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.



São reconhecidos ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos, sempre que existam diferenças temporárias tributáveis.

Ocorrendo estas situações, as estimativas para impostos diferidos são anualmente revistas.

3.8 Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes à data do balanço que integram elementos adicionais aos registos em final de exercício, são refletidos nas demonstrações financeiras, enquanto os eventos que integram elementos sobre registos posteriores à data do balanço são divulgados nas notas do anexo.

3.9 Alteração de políticas, estimativas e erros fundamentais

Os valores estimados referentes aos activos e passivos são baseados nas últimas informações disponíveis.

As revisões das estimativas em exercícios seguintes não são consideradas um erro. São reconhecidas em resultados e são objecto da divulgação adequada à sua materialidade.

Perante os erros materialmente relevantes, relativos a períodos anteriores, proceder-se-á à revisão da informação comparativa apresentada nas demonstrações financeiras do exercício em que são identificados.

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os bens do ativo fixo tangível estão mensurados ao custo de aquisição e as depreciações são reconhecidas de forma linear durante o período de vida útil médio estimado para grupo homogéneo de bens, deduzido do valor residual, sendo:

Mobiliário	- 10-15 anos
Computadores	- 3-4 anos
Impressoras, fotocopiadoras e outro equipamento de escritório	- 4-6 anos
Telemóveis	- 3-4 anos
Instalações	- 2-3 anos



Ativos fixos tangíveis

	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Em 01 de Janeiro de 2010			
Valor de aquisição	1.005.925,31	33.747,27	1.039.672,58
Reavaliação dos bens	23.399,34	478.939,48	502.338,82
Reavaliação das depreciações	9.222,80	6.942,00	16.164,80
Depreciação acumulada	852.997,04	17.909,65	870.906,69
Valor Líquido	152.928,27	15.837,62	168.765,89
Em 31 de Dezembro de 2010			
Valor de aquisição	1.005.925,31	33.747,27	1.039.672,58
Transferências	10.353,39	-10.353,39	0,00
Aquisições	14.242,82	0,00	14.242,82
Alienações	-5.554,25	0,00	-5.554,25
Subtotal	1.024.967,27	23.393,88	1.048.361,15
Depreciação do período	86.990,19	1.722,37	88.712,56
Alienações	-5.019,30		-5.019,30
Depreciações acumuladas	934.967,93	19.632,02	954.599,95
Valor Líquido	89.999,34	3.761,86	93.761,20
Em 01 de Janeiro de 2011			
Valor de aquisição	1.024.967,27	23.393,88	1.048.361,15
Depreciação acumulada	934.967,93	19.632,02	954.599,95
Valor Líquido	89.999,34	3.761,86	93.761,20
Em 31 de Dezembro de 2011			
Valor de aquisição	1.024.967,27	23.393,88	1.048.361,15
Transferências	20.720,15	-20.720,15	0,00
Aquisições	10.564,10	0,00	10.564,10
Subtotal	1.056.251,52	2.673,73	1.058.925,25
Depreciação do período	32.238,94	121,87	32.360,81
Reajustamento de depreciações acumuladas	14.333,82	-19.632,02	-5.298,20
Depreciações acumuladas	981.540,69	121,87	981.662,56
Valor Líquido	74.710,83	2.551,86	77.262,69



5. LOCAÇÕES

Foram adquiridos, respectivamente em 2006 e 2007, fotocopiadoras e aparelhos de ar condicionado, em regime de locação financeira, tendo sido adoptados para o seu reconhecimento os mesmos princípios que para os restantes elementos do activo do mesmo tipo e com as mesmas finalidades.

Isto é, foi adoptado para o reconhecimento e mensuração o princípio da substância sobre a forma, estando relevados nas contas do seguinte modo:

Descrição	Ano de aquisição	Valor	Depreciações acumuladas	Valor residual	Valor em dívida
Em 31 de Dezembro de 2010					
Fotocopiadoras	2007	39.567,00	38.578,00	989,00	0,00
Aparelhos de ar condicionado	2006	50.000,00	46.000,00	4.000,00	4.506,57
Em 31 de Dezembro de 2011					
Fotocopiadoras	2007	39.567,00	38.578,00	989,00	0,00
Aparelhos de ar condicionado	2006	50.000,00	46.000,00	4.000,00	0,00

6. CLIENTES E OUTROS DEVEDORES

O saldo da conta clientes corresponde aos serviços prestados pelo Centro de Arbitragens e Litígios do Conselho Distrial de Lisboa, corresponde ao valor nominal do serviço prestado com probabilidade razoável de ser recebido no horizonte de um ano.

Além das dívidas de clientes, o CDL possui outros créditos, dos quais se destacam os mais relevantes, sendo

Devedores por acréscimo de rendimentos respeitante aos juros reconhecidos no período, embora só venham a ser creditados no ano seguinte pela entidade bancária;

Dívidas do Conselho Geral respeitam à comparticipação em quotizações e outras operações internas. O valor das comparticipações estatutárias



corresponde à dívida de quotas dos advogados da área territorial do CDL, na proporção de 50%, em que o CDL comparticipa.

Seguindo a política e orientações do Conselho Geral foi constituída imparidade para as dívidas com uma maturidade superior a cinco anos.

Clientes e outros devedores

	2011	2010
Clientes nacionais	92.358,32	99.029,61
Adiantamento de clientes	-21.932,41	-49.360,04
Líquido a receber	72.436,91	49.669,57

Devedores por acréscimos de rendimentos

	19.498,78	1.387,90
--	-----------	----------

Conselho Geral

	2011	2010
Comparticipação em quotizações	1.052.931,62	916.727,30
Outras operações internas	40.563,77	54.956,92
Imparidades acumuladas	-289.378,64	-266.912,09
Líquido a receber	804.116,75	704.772,13

7. INVENTÁRIOS

O Conselho Distrital de Lisboa possui no seu “ESPAÇO CDL” um conjunto de artigos com imagem corporativa, obras literárias e outros artigos que são disponibilizados aos advogados, através de venda.

Estes artigos estão mensurados ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de mercado.

	2011	2010
Mercadorias	23.058,65	24.267,16



8. DIFERIMENTOS

Em decorrência da adopção do princípio da periodização económica, foram diferidos para os períodos subsequentes a que respeitam quer os gastos já pagos, quer os rendimentos já recebidos, conforme o quadro seguinte:

Gastos a reconhecer	2011	2010
Rendas	22.292,43	22.627,73
Seguros	32.301,20	29.894,21
Conservação e reparação	10.436,87	26.062,93
Honorários	47.513,46	0,00
Trabalhos especializados	2.441,13	4.846,22
Franquias CTT	5.375,09	7.837,43
Outros	2.424,74	0,00
	<u>122.784,92</u>	<u>91.268,52</u>
Rendimentos a reconhecer		
Receita do Centro de Estágio	<u>545.283,70</u>	<u>172.175,00</u>

9. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

O Conselho Distrital de Lisboa não realizou actividades de financiamento e, quanto a actividades de investimento efectuou o pagamento da aquisição de algum equipamento para substituição do existente

Nos quadros seguintes resume-se o fluxo e as variações do caixa e seus equivalentes, bem como a respetiva decomposição no final do período económico.

A performance da execução orçamental ao nível da diminuição dos gastos, acompanhada de um bom desempenho das receitas, permitiu um reforço do saldo de tesouraria, espelhado na variação dos saldos de tesouraria.

Decomposição do saldo de caixa e seus equivalentes

	2011	2010
Caixa	3.084,07	3.500,60
Depósitos à ordem	733.008,00	511.914,53
Depósitos a prazo	980.000,00	683.427,82
Outras aplicações de tesouraria	15.000,00	19.864,39
Total	<u>1.731.092,07</u>	<u>1.218.707,34</u>



Este reforço do saldo de tesouraria não tem correlação direta com os resultados e, portanto, não deverá ser interpretado como um aumento do património, na medida em que as receitas do Centro de Estágio registadas no presente exercício, deverão ainda fazer face aos gastos a incorrer nos exercícios seguintes e relacionados com os cursos de estágio a que aquelas receitas respeitam.

Cumpre divulgar ainda que na conta Depósitos à Ordem estão incluídos € 2.297,70 que estão confiados ao CDL, no âmbito de um processo judicial., não podendo, por esse facto, ser utilizado aquele montante.

Mais acresce relatar que saldo credor de uma das contas depósitos à ordem - € 153,21 - se encontra registado em “financiamentos obtidos”.

10. CAPITAIS PRÓPRIOS

Os capitais próprios são constituídos essencialmente pelo Fundo Social, o qual tem origem nos resultados transitados dos períodos anteriores, por Reservas Livres constituídas no passado e pelo resultado líquido do período.

A variação no período teve origem nas seguintes operações:

Reajustamento das depreciações acumuladas	5.298,20
Regularização de saldos de contas internas	-4.783,15
Regularização da conta do Centro de Arbitragens e Litígios	-2.039,09
Reajustamento do saldo de dívidas de advogados	-174.229,30
Resultado apurado no período	222.682,33
Varição	46.928,99

11. FORNECEDORES E OUTROS CREDORES

As dívidas a fornecedores e a outros credores estão reconhecidas pelo valor nominal, sendo elevada a probabilidade de pagamento no horizonte de um ano.

Destacam-se as rubricas mais relevantes:



Fornecedores e outros credores

	2.011	2.010
Fornecedores nacionais	34.125,26	4.115,37
Adiantamentos a fornecedores	-67,59	-2.678,00
Líquido a pagar	34.057,67	1.437,37

Fornecedores de investimentos	0,00	929,28
Credores por acréscimo de gastos	237.408,81	244.119,65
Adiantamento por conta de vendas	228.965,91	64.385,38
Credores por depósitos em garantia	2.297,70	2.297,70
Depósitos de taxas de justiça	2.941,14	2.941,14
Gabinetes de consulta jurídica	29.630,96	29.630,96
Outros credores	973,09	6.537,31
Líquido a pagar	502.217,61	350.841,42

Conselho Geral

Comparticipação em taxas de inscrição	151.360,86	105.795,48
Líquido a pagar	151.360,86	105.795,48

Para além das verbas divulgadas neste ponto 12, quanto no ponto 7 relativamente a “Clientes e outros devedores”, divulga-se ainda que o Conselho Distrital de Lisboa reconheceu penhoras do Estado e penhoras judiciais, relativamente a funcionários e fornecedores, sendo:

Ano 2011 - € 204.099,92 / Ano 2010 - € 206.850,34 / Ano 2009 - € 210.939,66

12. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Com exceção das contribuições e descontos para a Segurança Social, o cumprimento da obrigação de todas as contribuições e impostos pertence ao Conselho Geral

À data do encerramento das contas, estas apresentam a seguinte posição das contas do Estado e dos demais entes públicos:



	2.011	2.010
Saldo devedores		
IRC retido na fonte a favor da entidade	2.549,28	4.872,23
Saldos credores		
IRC a pagar	13.025,65	4.359,78
IRS e IRC retido na fonte pela entidade	22.437,16	18.305,23
Iva a pagar	2.436,22	10.534,61
Contribuições e descontos, para a Segurança Social	29.884,50	29.379,10
Total a pagar	67.783,53	62.578,72

13. RÉDITO

As receitas estatutárias representam mais de 90% de todo o rédito.
O reconhecimento é feito pelo valor nominal, líquido de impostos.

	2.011	2.010
Vendas e prestações de serviços	131.461,51	214.131,88
Receitas estatutárias	3.309.067,47	3.171.451,99
Subsídios	28.011,24	19.310,24
Reversão de imparidades	211.767,28	
Outros rendimentos	71.941,19	24.143,25
Total do rédito	3.752.248,69	3.429.037,36

O reconhecimento da reversão de imparidades respeita à anulação da dívida do Ministério da Justiça, no âmbito do protocolo denominado “Patronos Formadores”, quantia que, não nos tendo sido paga, apesar das insistências junto do IGFIJ, a mesma foi considerada incobrável, atento o longo período de tempo já decorrido.

Se excluirmos esta operação os rendimentos aumentaram em relação ao período anterior, no seu conjunto, cerca de 3%, como se comenta no capítulo dedicado à análise da execução orçamental



14. GASTOS COM PESSOAL

	2.011	2.010
Remunerações	1.392.222,54	1.446.448,90
Encargos para a Segurança Social	271.019,58	275.161,13
Seguros de acidentes de trabalho	14.815,00	13.420,88
Seguro de saúde - grupo	23.493,70	19.724,41
Medicina, higiene e segurança	3.972,58	3.304,96
Formação profissional	0,00	0,00
Benefícios (complemento de reforma)	7.169,26	12.895,09
Outros gastos com pessoal	0,00	1.339,10
Total	1.712.692,66	1.772.294,47

Os gastos com pessoal abrangem os 77 funcionários que prestam serviço em todos os serviços e departamentos do CDL e dos órgãos que funcionam junto do Conselho Distrital de Lisboa - Conselho de Deontologia e Delegações.

Os membros dos órgãos estatutários não são remunerados.

15. GASTOS TOTAIS

No mapa seguinte discriminam-se os gastos totais, descritos pelas suas naturezas e no quadro subsequente distribuem-se os gastos do ano 2011, pelos órgãos a que os mesmos são imputados.

Desenvolvimento dos gastos e perdas		€uro
Descrição	2011	2010
Gastos com pessoal	1.712.692,66	1.772.294,47
Fornecimentos e serviços externos	1.209.951,84	1.307.728,67
Comparticipação do CG em taxas de inscrição de advogados	45.565,38	48.882,40
Serviços especializados	617.321,43	695.687,77
Trabalhos especializados	97.936,40	213.539,26
Publicidade e propaganda	9.389,82	14.156,42
Vigilância e segurança	4.612,50	11.575,08
Honorários	462.453,69	396.062,99
Conservação e reparação	41.475,11	59.030,67
Serviços bancários	1.453,91	1.323,35
Materiais	45.974,53	46.264,14
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2.886,10	1.581,19
Livros e documentação técnica	94,19	1.151,35



Material de escritório	16.942,88	22.669,44
Artigos para oferta	10.838,89	1.353,66
Material de decoração	1.401,50	3.493,35
Material de limpeza e higiene	12.887,17	15.007,00
Jornais e revistas	923,80	1.008,15
Energia e fluidos	34.807,91	33.702,20
Eletricidade	26.479,22	26.378,61
Água	8.328,69	7.323,59
Deslocações, estadas e transportes	17.411,39	6.462,56
Deslocações e estadas	17.411,39	6.360,06
Transportes de pessoal	0,00	102,50
Transportes de materiais	0,00	
Serviços diversos	448.871,20	476.729,60
Rendas e alugueres	309.427,40	309.796,16
Comunicação	80.436,38	98.111,83
Seguros	2.724,42	2.619,09
Contencioso e notariado	346,08	2.324,00
Despesas de representação	14.598,99	17.498,19
Limpeza, higiene e conforto	20.463,82	23.472,49
Refeições por conveniência de serviços dos membros dos órgãos	12.526,19	11.832,69
Águas, cafés e outros	8.347,92	10.294,05
Não especificados	0,00	781,10
Outros gastos e perdas	314.390,41	377.815,30
Impostos e taxas	654,00	67.495,46
Descontos concedidos no recebimento antecipado de quotas	291.569,12	287.318,91
Ofertas e amostras de inventários e formação gratuita	19.560,12	16.524,39
Perdas em instrumentos financeiros	0,00	4.547,57
Não especificados	2.607,17	1.928,97
Subtotal	3.237.034,91	3.457.838,44
Perdas por imparidade (dívidas de advogados)	22.466,55	30.636,04
Gastos de depreciação do ativo fixo	32.360,81	88.712,56
Custo das mercadorias vendidas	12.874,03	12.147,46
Gastos e perdas totais	3.304.736,30	3.589.334,50

Como se verifica, os gastos apresentam-se, na sua generalidade, num patamar inferior ao do ano anterior ou sensivelmente no mesmo nível, com uma diminuição global da ordem dos 8%.

Este desempenho em relação ao ano anterior também o foi em relação ao orçamento, como se comenta na análise da execução orçamental, em capítulo próprio.



Realça-se o reconhecimento do reforço de imparidades para as dívidas de quotas de advogados com mais de cinco anos de maturidade.

DESENVOLVIMENTO DE GASTOS E PERDAS POR ÓRGÃOS

Descrição	TOTAL	CDL	Deontologia	Delegações
Gastos com pessoal	1.712.692,66	1.093.225,78	419.151,39	200.315,49
Remunerações	1.399.391,80	890.431,64	342.300,01	166.660,15
Encargos sociais	271.019,58	172.965,13	67.057,47	30.996,98
Outros gastos com pessoal	42.281,28	29.829,01	9.793,91	2.658,36
Fornecimentos e serviços externos	1.209.951,84	807.362,52	174.244,88	228.344,44
Comparticipação do CG em taxas de inscrição de advogados	45.565,38	45.565,38	0,00	0,00
Serviços especializados	617.321,43	490.400,18	82.364,45	44.556,80
Trabalhos especializados	97.936,40	80.650,61	14.541,52	2.744,27
Publicidade e propaganda	9.389,82	1.384,37	8.005,45	0,00
Vigilância e segurança	4.612,50	3.369,12	1.243,38	0,00
Honorários	462.453,69	386.567,64	54.685,80	21.200,25
Conservação e reparação	41.475,11	18.003,93	3.888,30	19.582,88
Serviços bancários	1.453,91	424,51	0,00	1.029,40
Materiais	45.974,53	23.301,98	8.661,26	14.011,29
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2.886,10	2.017,55	73,08	795,47
Livros e documentação técnica	94,19	34,19	0,00	60,00
Material de escritório	16.942,88	7.576,17	4.339,20	5.027,51
Artigos para oferta	10.838,89	3.695,38	2.553,49	4.590,02
Material de decoração	1.401,50	57,06	64,65	1.279,79
Material de limpeza	12.887,17	9.921,63	1.630,84	1.334,70
Jornais e revistas	923,80	0,00	0,00	923,80
Energia e fluidos	34.807,91	21.296,25	4.442,98	9.068,68
Eletricidade	26.479,22	16.945,28	3.426,70	6.107,24
Água	8.328,69	4.350,97	1.016,28	2.961,44
Deslocações, estadas e transportes	17.411,39	5.300,77	19,50	12.091,12
Deslocações e estadas	17.411,39	5.300,77	19,50	12.091,12
Transportes de pessoal	0,00			
Transportes de materiais	0,00			
Serviços diversos	448.871,20	221.497,96	78.756,69	148.616,55
Rendas e alugueres	309.427,40	160.413,73	45.036,98	103.976,69
Comunicação	80.436,38	37.924,95	20.429,94	22.081,49
Seguros	2.724,42	1.673,91	363,17	687,34
Contencioso e notariado	346,08	40,68	275,40	30,00
Despesas de representação	14.598,99	1.254,33	0,00	13.344,66
Limpeza, higiene e conforto	20.463,82	10.249,81	6.621,59	3.592,42
Refeições conveniência serviço membros dos órgãos	12.526,19	6.891,19	5.635,00	0,00
Águas, cafés e outros	8.347,92	3.049,36	394,61	4.903,95
Não especificados	0,00			



Outros gastos e perdas	314.390,11	264.665,37	0,00	40,62
Impostos e taxas	654,00	613,38	0,00	40,62
Descontos concedidos no recebimento antecipado de quotas	291.569,12	242.035,00	0,00	49.534,12
Ofertas e amostras de inventários e formação gratuita	19.560,12	19.560,12		
Perdas em instrumentos financeiros	0,00			
Não especificados	2.606,87	2.456,87	0,00	150,00
Subtotal	3.237.034,61	2.165.253,67	593.396,27	478.385,67
Perdas por imparidade (dívidas de advogados)	22.466,55	22.466,55		
Gastos de depreciação do ativo fixo	32.360,81	32.360,81		
Custo das mercadorias vendidas	12.874,03	12.874,03		
Gastos e perdas totais	3.304.736,00	2.232.955,06	593.396,27	478.385,67

16. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Das atividades de natureza comercial, o resultado obtido foi de € 30.616,45.

Acresce a este resultado os rendimentos de capitais, no montante de € 29.969,97, totalizando € 60.584,42, a matéria tributável em sede IRC.

Daqui resulta o imposto sobre o rendimento no montante de € 13.025,65, relativamente ao qual já foi efectuada a competente retenção na fonte de € 2.549,28.

O IRC efetivo será comunicado posteriormente pelo Conselho Geral, após o apuramento do IRC da O. A., nas contas consolidadas.



Relatório da Execução Orçamental - 2011

Segue o relatório da execução orçamental e respectiva análise, completando-se, assim, o relato financeiro do Conselho Distrital de Lisboa.

Considerações prévias

A presente análise adopta como referência o orçamento do Conselho Distrital de Lisboa, e posterior integração dos orçamentos das Delegações e do Conselho de Deontologia de Lisboa.

Os orçamentos do Conselho Distrital de Lisboa (individual e integrado) e do Conselho de Deontologia de Lisboa foram aprovados, por unanimidade, em Assembleia Distrital Ordinária de 28 de Setembro de 2010.

Em consonância com os valores apurados verifica-se que apenas o Conselho Distrital de Lisboa apresenta um saldo orçamental positivo da quantia de 996.009 €.

O Conselho de Deontologia de Lisboa, mercê da circunstância de não dispor de receitas estatutárias e de as suas receitas próprias não terem qualquer expressão significativa, apresenta um saldo orçamental negativo no valor de - 593.852 €.

As Delegações embora disponham de receitas estatutárias, o montante às mesmas indexado não foi suficiente para suportar as suas despesas de funcionamento, o que determinou um saldo orçamental negativo no valor de - 59.474 €.

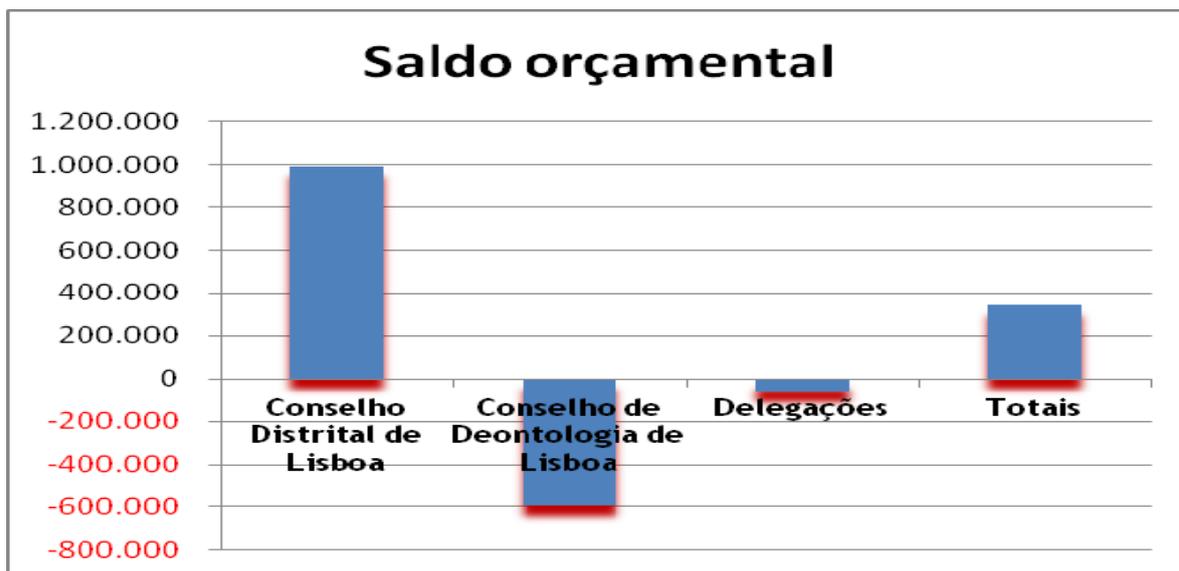
Da conjugação desta realidade, o saldo orçamental integrado do Conselho Distrital de Lisboa (Conselho Distrital de Lisboa, Conselho de Deontologia de Lisboa e Delegações) é positivo, cifrando-se em 342.683 €, o que traduz um desvio favorável de 148%.

Os quadros seguintes sintetizam a execução orçamental do Conselho Distrital de Lisboa, do Conselho de Deontologia de Lisboa e das Delegações.



Execução orçamental - resumo (realizado)

Órgão	Receitas correntes	Despesas correntes	Excedente	Despesas de capital	Saldo orçamental
Conselho Distrital de Lisboa	2.940.478	1.936.093	1.004.386	8.376	996.009
Conselho de Deontologia de Lisboa	578	593.396	-592.818	1.034	-593.852
Delegações	370.531	428.851	-58.320	1.154	-59.474
Totais	3.311.587	2.958.340	353.248	10.564	342.683





Conselho Distrital de Lisboa - individual

Descrição	Orçamento	Realizado	Desvio	
Receitas correntes	2.244.819	2.940.478	695.659	30,99%
Despesas correntes	2.154.546	1.936.093	-218.453	-10,14%
Excedente gerado	90.273	1.004.386	914.112	1012,61%
Despesas de capital	35.231	8.376	-26.855	-76,22%
Saldo orçamental	55.042	996.009	940.967	1709,55%

Conselho de Deontologia de Lisboa

Descrição	Orçamento	Realizado	Desvio	
Receitas correntes	350	578	228	65,16%
Despesas correntes	630.964	593.396	-37.567	-5,95%
Excedente gerado	-630.614	-592.818	37.795	5,99%
Despesas de capital	0	1.034	1.034	n/a
Saldo orçamental	-630.614	-593.852	36.762	5,83%

Conselho Distrital de Lisboa - Delegações

Descrição	Orçamento	Realizado	Desvio	
Receitas correntes	423.156	370.531	-52.625	-12,44%
Despesas correntes	530.459	428.851	-97.081	-18,30%
Excedente gerado	-107.303	-58.320	44.456	41,43%
Despesas de capital	11.750	1.154	-10.596	-90,18%
Saldo orçamental	-119.053	-59.474	55.052	46,24%

Conselho Distrital de Lisboa - integrado

Descrição	Orçamento	Realizado	Desvio	
Receitas correntes	2.668.326	3.311.587	643.262	24,11%
Despesas correntes	3.315.968	2.958.340	-353.102	-10,65%
Excedente gerado	-647.643	353.248	1.000.890	154,54%
Despesas de capital	46.981	10.564	-36.417	-77,51%
Saldo orçamental	-694.624	342.683	1.032.780	148,68%



No que tange à execução orçamental individual do Conselho Distrital de Lisboa, na qual se centra a presente análise, demonstra-se que, no que respeita às despesas, o desempenho foi excelente.

Com efeito, a generalidade das rubricas de despesas correntes apresenta um desvio favorável global de cerca de 10%.

Contribuiu para este resultado a continuidade de implementação das medidas de racionalização dos gastos, com efeito transversal a todos os serviços e áreas funcionais.

No que diz respeito às receitas, em termos globais, o desvio foi também favorável, mas na ordem dos 31%.

Para este desvio contribuiu de forma decisiva o número de inscrições de advogados estagiários, superior ao previsto no orçamento.

Realça-se que uma parte significativa das receitas provenientes destas inscrições se destinam ao financiamento dos gastos ainda a incorrer no âmbito dos cursos de estágio.

Da conjugação do desvio nestas duas variáveis, resulta um **desvio favorável significativo no saldo final orçamental**, já que nas despesas de capital se verificou uma realização de menos de um quarto do valor orçamentado.

No mapa seguinte desenvolvem-se as diversas rubricas do orçamento, com o apuramento dos respetivos desvios, seguindo-se a explicação dos aspetos mais relevantes,



RECEITAS CORRENTES - execução orçamental - 2011-CDL

Descrição	Orçamento	Realizado	Desvio	
			Valor	%
Receitas Estatutárias	2.213.319,17	2.750.037,62	536.718,45	24,25%
Quotizações estatutárias	1.983.865,95	1.663.413,42	-320.452,53	-16,15%
Taxas de inscrição de advogados	105.000,00	158.450,00	53.450,00	50,90%
Provas de agregação	17.500,00	26.750,00	9.250,00	52,86%
Receitas do Estágio	50.584,96	808.623,39	758.038,43	1498,55%
Taxas de inscrição de advogados estagiários	40.000,00	731.967,40	691.967,40	1729,92%
Repetições e revisões de testes e provas	6.384,96	29.287,49	22.902,53	358,70%
Outras receitas do Estágio	4.200,00	47.368,50	43.168,50	1027,82%
Receitas da Formação Contínua	56.368,26	92.800,81	36.432,55	64,63%
Formação contínua	56.368,26	92.800,81	36.432,55	64,63%
Outras receitas	31.500,00	190.440,74	158.940,74	504,57%
Cedência de espaços e serviços de logística	0,00	4.688,70	4.688,70	n/a
Vendas de mercadorias e prestação de serviços	21.500,00	105.189,39	83.689,39	389,25%
Juros obtidos e outros rendimentos financeiros	10.000,00	29.967,97	19.967,97	199,68%
Receitas do Centro de Litígios e Arbitragens	0,00	13.606,31	13.606,31	n/a
Patrocínios	0,00	6.504,07	6.504,07	n/a
Outras receitas	0,00	30.484,30	30.484,30	n/a
RECEITAS CORRENTES TOTAIS	2.244.819,17	2.940.478,36	695.659,19	30,99%

Percorrendo o mapa das receitas, verificamos que o desvio favorável global já referido, tem origem não só nas taxas de inscrições de advogados estagiários, como se mencionou, mas em todas as demais rubricas, com exceção das quotizações, onde o desvio desfavorável de cerca de 16% se explica pela diminuição da cobrança de quotas, atividade da competência do Conselho Geral.

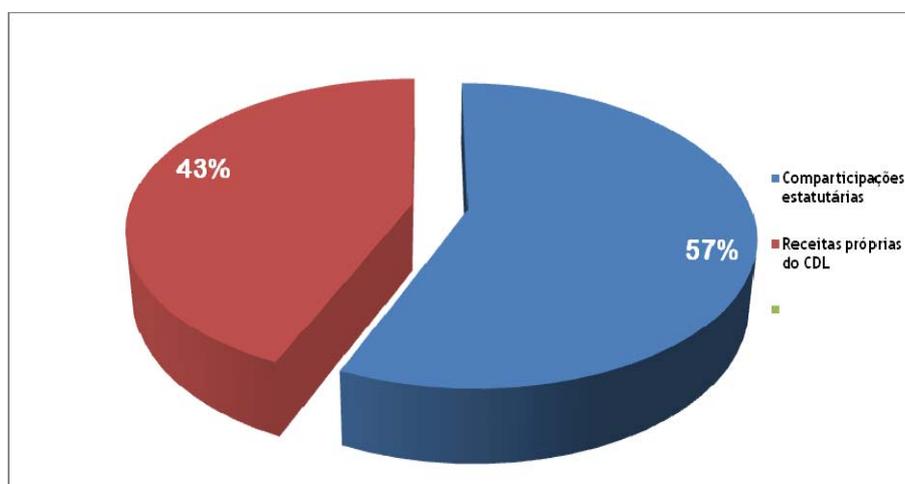
Não é demais realçar que o desvio favorável verificado na generalidade das rubricas de receitas, não foi à custa de qualquer aumento das despesas. Ao contrário, como se referiu, estas apresentam um desvio favorável face ao orçamentado e uma diminuição de cerca de 8% face ao período anterior.



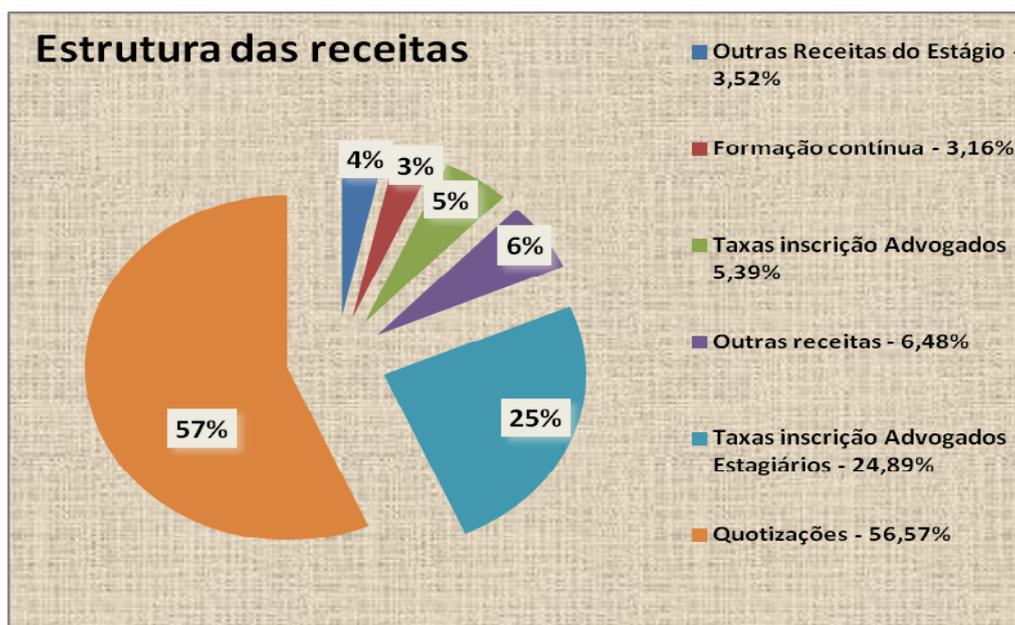
A origem das receitas próprias do CDL, passou de um peso de 24% para um peso de 43%, contribuindo para compensar a diminuição das receitas provenientes via Conselho Geral.

Origem das receitas

Comparticipações estatutárias	1.663.413,42	57%
Receitas próprias do CDL	1.277.064,94	43%
Total	2.940.478,36	100%



A figura seguinte ilustra a estrutura das receitas correntes





DESPESAS CORRENTES

O desvio favorável das despesas correntes, de 10,14%, ocorreu, conforme atrás se aludiu, em praticamente todas as rubricas, como mostra o quadro seguinte, não sendo materialmente relevantes os desvios desfavoráveis apresentados, já que significam menos de 4% do orçamento das despesas totais.

DESPESAS CORRENTES - Execução orçamental - 2011 - CDL				
Descrição	Orçamento	Realizado	Desvio	
			Valor	%
Serviços especializados	489.201,83	490.400,18	1.198,35	0,24%
Materiais	31.722,19	23.301,98	-8.420,21	-26,54%
Energia e fluidos	23.000,00	21.296,25	-1.703,75	-7,41%
Deslocações, estadas e transportes	3.000,00	5.300,77	2.300,77	76,69%
Serviços diversos	244.745,14	221.497,96	-23.247,18	-9,50%
Subtotal	791.669,15	761.797,14	-29.872,01	-3,77%
Comparticipação do CG em taxas de inscrição de advogados	30.551,50	45.565,38	15.013,88	49,14%
Gastos com pessoal	1.321.225,20	1.093.225,78	-227.999,42	-17,26%
Outros gastos e perdas	11.100,00	35.504,40	24.404,40	219,86%
DESPESAS CORRENTES TOTAIS	2.154.545,85	1.936.092,70	-218.453,15	-10,14%

Os desvios desfavoráveis totalizam € 79.015,66, sendo:

Gastos com pessoal	1.081,98
Fornecimentos e serviços externos	38.500,41
Outros gastos	24.419,40
Comparticipação ao CG em taxas de inscrição de advogados	15.013,88
Total	79.015,66

Sendo que, relativamente a "outros gastos" a rubrica contempla ofertas de livros e outras peças do inventário do CDL (€ 4.240,45) e formação gratuita a advogados (€ 15.319,67) e, relativamente à "comparticipação do CG em taxas de inscrição de advogados", o montante relaciona-se com a receita correspondente. Ou seja, esta despesa será tanto maior quanto maior for o volume de taxas de inscrição de advogados.



Conclui-se, assim, que o montante total dos desvios desfavoráveis respeita, de facto, aos “fornecimentos e serviços externos”, representando pouco mais de 1,5% do valor do orçamento das despesas totais, mais do que compensado com os desvios favoráveis.

Em anexo apresenta-se o mapa do desenvolvimento das despesas correntes onde melhor se poderá analisar os desvios.

Para melhor compreensão comentam-se as seguintes principais rubricas:

Despesas com pessoal

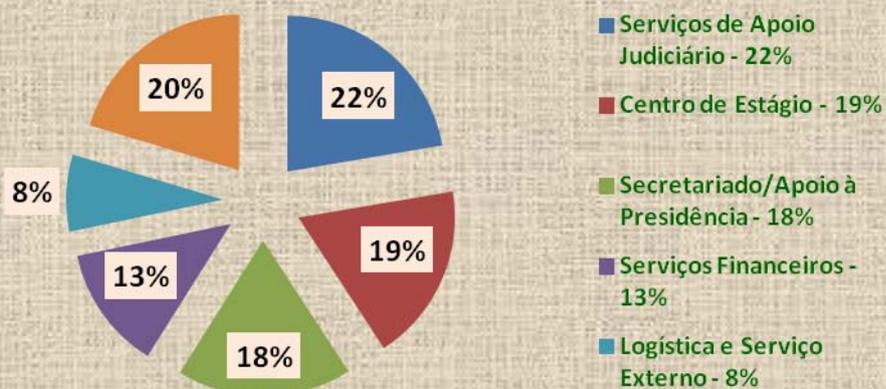
O desvio favorável identificado de cerca de 17% explica-se fundamentalmente por duas ordens de razões: (i) a não realização de gastos com formação profissional, a qual tem sido ministrada internamente, cumprindo-se com as obrigações legais nesta matéria, economizando meios e (ii) pela transferência de funcionários para outros órgãos (Conselho Geral, Conselho de Deontologia de Lisboa e Delegações).

Os quadros e figuras seguintes ilustram a estrutura destes gastos por órgãos e por centros de atividade.

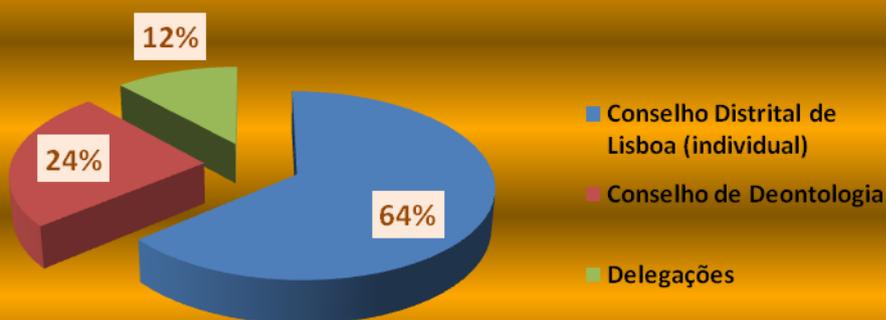
Gastos com pessoal por centros de atividade			Acumulado
Serviços de Apoio Judiciário	243.866	22%	22%
Centro de Estágio	202.581	19%	41%
Secretariado/Apoio à Presidência	197.451	18%	59%
Serviços Financeiros	139.957	13%	72%
Logística e Serviço Externo	87.223	8%	80%
Procuradoria Ilícita	57.004	5%	85%
Informática Novas Tecnologias	54.101	5%	90%
Centro de Estudos	53.083	5%	95%
Centro de Arbitragem e Litígios	22.880	2%	97%
Ponto de Acesso ao Direito	13.845	1%	98%
Centro de Informação e Documentação Jurídica	13.246	1%	99%
Eventos e outros	7.989	1%	100%
Subtotal	1.093.226	100%	
Gastos com pessoal por órgãos			
Conselho Distrital de Lisboa (individual)	1.093.226	64%	
Conselho de Deontologia de Lisboa	419.151	24%	
Delegações	200.315	12%	
TOTAL	1.712.693	100%	



Gastos com pessoal por centros de atividade



Gastos com pessoal por órgãos





Trabalhos especializados

Esta rubrica respeita aos diversos serviços contratados, no âmbito das atividades desenvolvidas pelo CDL, como mostram os mapas seguintes:

TRABALHOS ESPECIALIZADOS - por naturezas	
Serviços de tipografia	2.603,01
Serviços audiovisuais	2.552,25
Serviços de formação	22.983,89
Organização de eventos	984,00
Reportagens fotográficas	215,25
Serviços de informática	167,84
Emissão de cédulas de advogados estagiários	3.106,29
Plataforma PT	24.290,00
Divulgação	500,00
Serviços de custódia do arquivo	5.883,89
Serviço de arbitragem (intervenção de árbitros)	2.058,77
Serviços jurídicos	51,75
Licença de utilização de programas informáticos	2.253,67
Outros serviços contratados	13.000,00
Total	80.650,61

Trabalhos especializados por centos de atividade	
Centro de Estudos (Formação)	49.198,59
Conselho	897,95
Secretariado/Apoio Presidência	1.069,21
Departamento Financeiro	928,16
Informática Novas Tecnologias	2.750,69
Logística e serviço externo	1.113,61
Apoio Judiciário	1.569,35
Centro de estágio	5.418,68
Centro de Arbitragens de Litígios	2.137,76
Procuradoria Ilícita	316,61
Atividades lúdicas	15.250,00
Total	80.650,61



Como se pode constatar, cerca de 67% dos gastos em trabalhos especializados respeitam ao centro de estudos e ao centro de estágio.

Vigilância e Segurança

O desvio apurado nesta rubrica relaciona-se com a necessidade de reforço da segurança durante o período de obras no edifício.

Honorários

Os honorários pagos pelo CDL respeitam a avenças e a serviços pontuais, conforme segue:

HONORÁRIOS	
Serviços de Apoio Judiciário	31.287,87
Secretariado/Apoio Presidência	17.966,22
Formação contínua	29.316,19
Centro de Estágio	213.320,02
Centro de Arbitragem e Litígios	10.375,04
Custos de estrutura a repartir	11.305,97
Departamento Financeiro	13.820,17
Ponto de Acesso ao Direito	4.672,89
Procuradoria Ilícita	7.658,68
Protocolo com o INCI	45.692,92
Atividades Culturais	1.151,68
Total	386.567,64

De realçar os seguintes aspetos: (i) Cerca de 63% dos gastos com honorários respeitam a formadores - formação contínua e Centro de Estágio - e 14,50% (ii) a gastos recuperados - protocolo com o INCI e pagamento a árbitros do Centro de Arbitragem - totalizando 56.067,96 euros.



Artigos para oferta

O desvio respeita a medalhas adquiridas para os membros do Conselho Distrital de Lisboa, cuja despesa não foi orçamentada.

Ofertas de existências próprias e formação gratuita

As ofertas de livros e artigos do “Espaço CDL” ocorreram no âmbito institucional e a formadores.

A formação gratuita, exclusiva para advogados, respeita a 10 horas, por ano, de formação (cursos e conferências).

Aluguer de espaços

Respeita a aluguer de salas, para a realização de provas escritas no âmbito dos cursos de estágio, ficando o desvio a dever-se à circunstância de o elevado número de advogados estagiários não comportar a realização das mesmas nas instalações do CDL.

Comunicação

No que se refere a gastos com comunicações, a distribuição discriminada dos gastos por naturezas, é a seguinte:

COMUNICAÇÃO	
Telefone e fax	7.176,44
Telemóveis	751,00
Correio físico	1.847,66
Franquias	24.622,40
Internet	3.318,48
TV Cabo	208,97
TOTAL	37.924,95



Analisando a execução orçamental dos restantes órgãos, constatamos que o Conselho de Deontologia de Lisboa apresenta um desvio favorável de 5,5% face ao seu orçamento de despesas.

Em relatório autónomo é feita a análise da respetiva execução orçamental.

Quanto às Delegações, apresentam um desvio favorável no saldo orçamental, na ordem dos 46%. Contudo, tal não significa, por si só, que estejamos na presença de uma contenção de gastos e/ou de uma gestão criteriosa e selectiva dos mesmos, nomeadamente segundo uma gestão de recursos ajustada e direccionada para fazer face à sua atividade estatutária.

De notar que os orçamentos das Delegações apresentam valores muito superiores às suas reais necessidades e, por conseguinte, revelando-se desajustados para os fins a que as mesmas se propõem, conforme relatório de atividades que algumas apresentam, e às suas atribuições estatutárias.

O peso dos gastos das Delegações no orçamento global do CDL é da ordem dos 14%, sendo que as despesas com pessoal representam 46,70% do total dos seus gastos.

Das 22 Delegações que integram o Conselho Distrital de Lisboa, 12 têm sede própria e recursos humanos afectos, num total de 20 colaboradores, dos quais 19 em regime de contrato individual de trabalho e 1 em regime de prestação de serviços.

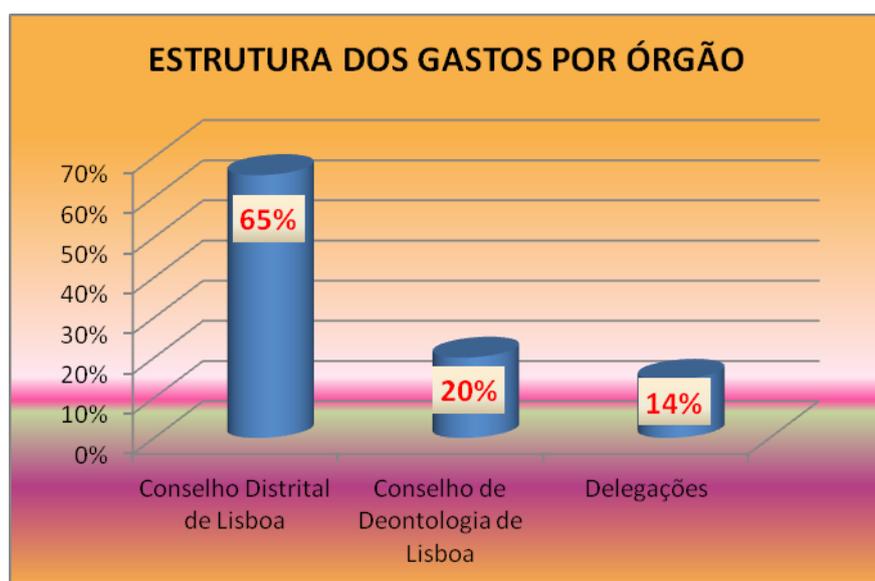
Em regra, cada uma destas 12 Delegações integram na sua orgânica 1 colaborador administrativo e 1 colaborador para a execução de tarefas de limpeza e manutenção, com excepção da Delegação de Sintra que tem 3 colaboradores ao seu serviço, 2 dos quais para o desenvolvimento de tarefas administrativas e 1 para o serviço de limpeza e manutenção.

Os gastos anuais em rendas totalizam o montante de 102.592,80 €.

Quanto ao Conselho de Deontologia de Lisboa, o peso dos seus gastos, directos e indirectos, representa 20% do orçamento global do Conselho Distrital de Lisboa,



sendo que as despesas com pessoal representam 70% do total dos seus gastos. O Conselho de Deontologia de Lisboa conta com a colaboração de 15 funcionários, dos quais oito desenvolvem funções administrativas e sete funções de assessoria jurídica/instrução dos processos.



DESPESAS DE CAPITAL

No que respeita às despesas de investimento, as mesmas totalizam o valor de 8.376,48 €, cerca de 24% do valor orçamentado, sublinhando-se que apenas se efetuou a reposição de equipamento.

Anexam-se ainda os seguintes quadros de análise:

- Mapa da execução orçamental do CDL
- Análise da execução orçamental do Conselho de Deontologia
- Mapa da execução orçamental do Conselho de Deontologia
- Mapa da execução orçamental integrada das Delegações
- Mapa da execução orçamental integrada do Conselho Distrital de Lisboa



Lisboa, 31 de Janeiro de 2012

O Vogal Tesoureiro,

Ana Dias
Secretária-Geral

Paula Bôcas
Chefe do Departamento Administrativo e
Financeiro

Rui Elísio
Técnico Oficial de Contas do CDL